



## **Avaliação na educação infantil: orientações nas políticas educacionais brasileiras<sup>1</sup>**

### *Assessment in early childhood education: guidelines in Brazilian educational policies*

**Danyelle Moura dos Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8991-3185>

Pedagoga. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

Docente no Município de Feira de Santana, Bahia, Brasil.

E-mail: [danyelle31@hotmail.com.br](mailto:danyelle31@hotmail.com.br)

**Nataly Ferreira Costa dos Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7332-8942>

Pedagoga. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

Docente no Município de São Francisco do Conde, Bahia, Brasil.

E-mail: [natalyferreira17@gmail.com](mailto:natalyferreira17@gmail.com)

#### **Resumo**

O presente trabalho trata da avaliação na Educação Infantil e notadamente quer conhecer o que os documentos das políticas educacionais brasileiras orientam sobre a avaliação nesta etapa de ensino da educação básica. Para tal, recorreremos a pesquisa documental e bibliográfica, dialogando com Oliveira-Formosinho & Pascal (2019); Bassedas, Huguet & Solé (1999); e Hoffmann (2001), que foram as principais autoras para a realização do trabalho. Por meio desse trabalho chegamos à conclusão que os documentos indicam a avaliação na Educação Infantil com uma concepção de desenvolvimento integrado, e processual acontecendo de forma sistemática e contínua, porquanto, tem a função de acompanhar, regular e redirecionar todo o processo educativo. Sendo assim, a avaliação é colocada como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre a aprendizagem das crianças e a ajustar sua prática, a fim de melhor desenvolver seu trabalho e auxiliar na aprendizagem das crianças da Educação Infantil.

Palavras-chaves: Avaliação; Educação Infantil; Documentos orientadores.

#### **Abstract**

The present work deals with evaluation in Early Childhood Education and notably wants to know what the documents of Brazilian educational policies guide on evaluation at this stage of basic education teaching.

---

<sup>1</sup> Este artigo é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).



To this end, we resorted to documental and bibliographic research, dialoguing with Oliveira-Formosinho & Pascal (2019); Bassedas, Huguet & Solé (1999); and Hoffmann (2001), who were the main authors for carrying out the work. Through this work we came to the conclusion that the documents indicate the evaluation in Early Childhood Education with a conception of integrated development, and process happening in a systematic and continuous way, as it has the function of monitoring, regulating and redirecting the entire educational process. Thus, the evaluation is placed as a set of actions that help the teacher to reflect on children's learning and adjust their practice, in order to better develop their work and assist in the learning of children in Early Childhood Education.

Keywords: Assessment; Child education; Guiding documents.

## 1 Introdução

Entendendo que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, e constitui-se como uma fase que requer uma preocupação voltada ao desenvolvimento da criança em todos os aspectos: cognitivo, motor, emocional, entre outros, se faz necessário pensar que por muito tempo estes pontos não foram levados em consideração, pois, a educação da infância esteve ligada ao assistencialismo por séculos. A preocupação em ser ter um lugar direcionado aos cuidados das crianças filhas de trabalhadores e trabalhadoras veio à tona após a Revolução Industrial, a qual impulsionou a contratação de mulheres nas fábricas e indústrias.

No entanto, “diferentemente dos países europeus, no Brasil, as primeiras tentativas de organização de creches, asilos e orfanatos surgiram com um caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas desamparadas” (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 82). A partir da Constituição Federal de 1988, este fato começa a mudar, quando por meio de uma conquista significativa no campo educacional, acontece e altera os rumos dessa etapa, que passa agora a ser vista como um campo educacional e não mais assistencial.

A Constituição Federal, que foi promulgada no ano de 1988, ou como é chamada de Constituição Cidadã, é um documento legal que afirma o direito das crianças à Educação Infantil com caráter educacional e não mais assistencialista. Na Carta Magna, em seu artigo 208, inciso IV reconhece, a “[...] educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 anos (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1988, p. 142).

Passando dessa forma, a responsabilidade das instituições em desenvolver um trabalho de educação e cuidado nesses espaços. Esse foi um marco para a história da Educação Infantil, que passa agora a ser entendida como direito e não uma caridade



oferecida às famílias, ganhando destaque no sentido que crianças de 0 a 5 anos de idade passam a fazer parte deste documento, como cidadãs detentoras de direitos.

Através deste período marcante para a história da educação escolar brasileira, a Educação Infantil passa a ser vista como escola e desta forma ganha também os documentos orientadores das práticas dos professores e gestores, como o Projeto Político Pedagógico, que define as concepções presentes na instituição, e instrumentos avaliativos que norteiam as práticas dos professores.

Para concretizar esta pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica do tema, o que possibilitou fundamentar o estudo. Trata-se de uma abordagem qualitativa e consiste em pesquisa exploratória. O texto está organizado em tópicos para a melhor compreensão do leitor.

## **2 Percurso metodológico**

Esta pesquisa buscou conhecer as questões que envolvem a avaliação na Educação Infantil e o que os documentos das políticas educacionais brasileiras orientam sobre a avaliação nesta etapa de ensino da educação básica.

Para tal, foi realizada, uma revisão bibliográfica do tema que possibilitou fundamentar o estudo, bem como uma pesquisa documental, utilizando em especial, os seguintes documentos: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996); Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998); Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010); Contribuições para a política nacional: a avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto (BRASIL, 2015); Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).

Trata-se de uma abordagem qualitativa e consiste em pesquisa exploratória de acordo com Marconi e Lakatos (2003) esse tipo de pesquisa abrange a bibliografia disponível e possui o intuito de colocar o pesquisador em contato com o que foi estudado e dito com relação a determinado assunto que está sendo pesquisado.

## **3. A educação infantil nos documentos orientadores das políticas educacionais brasileiras**



Para tratar de avaliação na Educação Infantil, faz-se necessário situar a mesma no contexto da legislação brasileira mais recente, porquanto, esta adquire o *status* de educação escolar, a partir da Constituição de 1988, passando a ser garantida como um direito constitucional das crianças de zero a seis anos de idade, sendo, pois, um marco para a educação brasileira. E, como destaca Paschoal & Machado (2009, p. 86), “embora não obrigatória, é um direito da criança e tem o objetivo de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento do bem-estar infantil, como o desenvolvimento físico, motor, emocional, social, intelectual e a ampliação de suas experiências”.

A Educação Infantil no Brasil foi então reconhecida a partir de um marco que foi a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em que passou a ser um direito respaldado por lei, deixando de ser uma assistência e tornando-se direito de todas as crianças e dever do Estado, sendo reconhecida como uma etapa educacional relevante na vida da criança, o que implicou o dever das instituições realizarem um trabalho que compreendesse uma função pedagógica e reconhecesse a indissociabilidade entre o cuidar e o educar em creches e pré-escolas.

Logo após a promulgação da Constituição Federal (1988) outros documentos foram publicados para direcionar o trabalho pedagógico nesta que é a primeira fase da Educação Básica, uma delas foi a Política Nacional de Educação Infantil (BRASIL, 1994) que apresenta a concepção de Educação Infantil e o seu papel na formação das crianças, a qual ressalta que,

A Educação Infantil é oferecida para, em complementação à ação da família, proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança e promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando seu interesse pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade (BRASIL, 1994, p. 15).

A Política Nacional de Educação Infantil (BRASIL, 1994) ressalta que a criança é concebida como um ser humano completo que, mesmo estando em processo de desenvolvimento e, portanto, dependente do adulto para sua sobrevivência e crescimento, não é apenas um “vir a ser”. Desse modo, a criança é compreendida na sua integralidade, a infância não é a preparação para a vida adulta, ela deve ser encarada como uma etapa crucial que deve ser vivida naquele momento. A Educação Infantil é pautada nas interações “com outras pessoas, adultos e crianças, exerce um papel preponderante no



desenvolvimento infantil e na construção do conhecimento, sendo mais efetiva quando se dá de forma lúdica e afetiva, e, portanto, prazerosa” (BRASIL, 1994, p. 17).

Na segunda metade da década de 1990 entra em vigor no Brasil a (LDB) (BRASIL, 1996), que no Art. 29 estabelece que “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, p. 10).

O Art. 30 da LDB traz que “a educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade, II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1996, p. 11). Este artigo, detalha como fica organizada esta primeira fase da educação básica, levando em consideração as especificidades e semelhanças que decorrem da faixa de idade das crianças, afim de que as instituições e seus profissionais possam preparar e proporcionar um do ambiente propício para atender as demandas das crianças conforme sua faixa etária.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI (BRASIL, 1998, p. 21) define a criança como, “um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico”. E em se tratando da especificidade da primeira infância é importante salientar que toda e qualquer criança deve ter seus direitos garantidos, respeitando seu tempo de aprendizagem e atuando para seu melhor desenvolvimento, tanto físico quanto intelectual.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006) discorrem ainda que é preciso promover o desenvolvimento da criança como um todo, favorecendo a sua formação integral valorizando os seus conhecimentos prévios e proporcionando interações que possibilitem novos conhecimentos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2010), com base nos princípios éticos, políticos e estéticos, traz que a finalidade da Educação Infantil, é “garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças” (BRASIL, 2010, p. 18).



Desse modo, o documento aborda que a Educação Infantil deve promover o desenvolvimento da criança de forma integral, ressaltando a brincadeira e a interação como eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017, p. 38) define a Educação Infantil, como o “[...] início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada”. Sendo assim, a BNCC (BRASIL, 2017) estabelece a garantia de seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, e conhecer-se. O documento ainda reforça a indissociabilidade entre o cuidar e o educar, porquanto,

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais (BRASIL, 2017, p. 36).

Assim, a BNCC (BRASIL, 2017) afirma que as instituições de Educação Infantil precisam conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade, para que dessa forma potencializem a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças. A BNCC ainda ressalta que o objetivo da educação infantil é:

[...] ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (BRASIL, 2017, p. 32).



A BNCC, assim como todos os demais documentos oficiais, contribui para o entendimento que “[...] crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas contradições das sociedades em que estão inseridas. [...] Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e são nela produzidas” (KRAMER, 2007, p. 15). Kramer (2016, p. 798) ainda destaca que todos estes marcos legais contribuem para a “formação de professores e as políticas municipais e estaduais que, com maior ou menor ênfase, têm investido na educação infantil como nunca antes no Brasil”.

Deste modo, ressalta-se que a Educação Infantil surgiu como base importante para o desenvolvimento integral das crianças, que recebem nas instituições de creches e pré-escolas um atendimento pedagógico que alie o cuidar e o educar a fim de proporcionar situações de ensino e aprendizagem a estas crianças que se encontram entre a faixa etária de zero a cinco anos.

#### **4. A avaliação na Educação Infantil e os documentos orientadores das políticas educacionais brasileiras**

No mundo ocidental estamos o tempo todo avaliando a roupa que compramos, se essa ou aquela ficará melhor com qual sapato. Avaliamos nossas escolhas e o que pode ser bom ou ruim, atribuímos um juízo as coisas e as pessoas com relação ao emprego, a faculdade, as situações e suas decorrências. Sendo assim, avaliar está intrínseco em nossas atitudes cotidianas, e segundo Fernandes e Freitas (2007), avaliar é um conceito muito amplo e por isto precisa mesmo em seus processos mais simples, de princípios e critérios bem estabelecidos.

De acordo com Haydt (1995, p. 10), “avaliar é julgar ou fazer a apreciação de alguém ou alguma coisa, tendo como base uma escala de valores”. A avaliação consiste em um processo interpretativo, pois é um julgamento com base em critérios ou padrões. A avaliação está presente em atividades de profissionais de diversas áreas e no campo da educação temos a avaliação da escola, do processo de ensino-aprendizagem, dos alunos, das práticas docentes, entre outras.

A ideia de avaliar que os professores possuem diz muito sobre a concepção de educação que eles têm. O que observamos, com frequência, é que o entendimento de avaliação é uma forma de punir os estudantes, apontando as suas falhas, criticando e



classificando-os, exercendo a avaliação de forma inadequada e arbitrária. Haydt (1995, p. 7) destaca que “frequentemente o termo avaliação é associado a outros como exame, nota, sucesso e fracasso, promoção e repetência”. Porém, a avaliação escolar não tem a incumbência de atribuir notas, e sim ajudar o aluno a atingir uma melhor aprendizagem.

Historicamente a avaliação escolar foi entendida como objeto de seleção, os alunos eram separados de acordo com seu grau intelectual, eram impostos aos alunos uma espécie de testes que aconteciam a partir de preenchimento de fichas com cores e siglas que definiam em que nível elas se encontravam, com critérios do tipo, área motora, afetiva e cognitiva. Este modelo mostrava-se completamente excludente e discriminatório, pois, caso a criança não estivesse em tal nível estabelecido, era vista como não apta em relação as outras que respondiam conforme os padrões estabelecidos.

Ao considerarmos a compreensão da avaliação historicamente, nota-se que há resquícios desse processo nas instituições de ensino atuais. Muitos alunos ainda são vistos como sendo menos capazes que outros, e de modo geral são aqueles de baixa condição econômica. Alguns atribuem a dificuldade de aprendizagem dos alunos ao baixo poder aquisitivo das suas famílias.

Contudo, não há crianças que aprendem muito e as que nada aprendem. O que ocorre é que elas têm saberes diferentes e necessitam de intervenções distintas, ou seja, aquilo que é aplicado a certo aluno e obteve-se resultados satisfatórios, não necessariamente funcionará com os demais.

No momento em que se avalia não compete ao professor estabelecer comparações entre as crianças, ainda que algumas não atinjam o resultado esperado. Cabe ao professor incentivá-las, e chamar a atenção para algo que elas devam fazer para atingir os objetivos esperados, conversar com a criança, perguntar se não acha melhor fazer de outro jeito, ou informar que a criança está indo bem e que precisa rever este ou aquele ponto específico. Desse modo ela não se sentirá constrangida ou menos capaz do que os demais colegas para executar as tarefas propostas.

Hoffmann (2001, p. 14) aborda que “a concepção de avaliação que marca a trajetória de alunos e educadores, até então, é a que define essa ação como julgamento de valor dos resultados alcançados”, ou seja, reduz a avaliação a elementos como nota, prova, reprovação, registro, recuperação e boletim. Avaliar é um processo que exige tempo, análise minuciosa e individual, visto que, não se pode realizar uma avaliação





apenas de forma coletiva, pois é importante que o professor esteja atento ao desenvolvimento de cada aluno, e esta não pode ser feita apenas no final do ano, mas processual, a cada dia pontuando, se indagando, modificando o que julgar necessário.

Corroborando com as ideias de Kramer (1997), é preciso superar a forma “tradicional” de avaliar, faz-se necessário que seja substituída por outra maneira, em que todos que fazem parte da instituição escolar estejam inseridos como objeto e sujeito da avaliação: professores, direção, funcionários da secretaria, cozinha, crianças e pais. É importante destacar que não é para buscar falhas, mas para que seja construída uma prática social coletiva. Ao avaliar a criança, observa-se seu desenvolvimento, seus conhecimentos; ao avaliar, o professor identifica suas dificuldades; ao avaliar, a equipe pedagógica reflete sobre seus progressos e dúvidas e, a instituição escolar como um todo, consegue autoavaliar sua estrutura e funcionamento, sempre colocando a criança no centro, pois a sua função é aperfeiçoar o trabalho realizado para ela.

Bassedas, Huguet & Solé (1999, p. 173) discorrem que na Educação Infantil “[...] a finalidade básica da avaliação é que sirva para interferir, para tomar decisões educativas, para observar a evolução e o progresso da criança e planejar se é preciso intervir ou modificar determinadas situações, relações ou atividades na aula”. Sendo assim, a avaliação não tem a função de discriminar e classificar, o ato de avaliar irá exercer a função de contribuir como um fator a mais no processo de aprendizagem, e não como um medidor de desempenho. O sentido de avaliar na Educação Infantil, bem como em outra etapa da educação básica, deve ser claro, pois, quem avalia precisa ter definido o porquê está realizando tal procedimento. Este deve, sem dúvidas, servir como benefício para quem está sendo avaliado e ao avaliador, neste caso, a professora.

Oliveira-Formosinho & Pascal (2019, p. 81) alertam que é importante ouvir as crianças, pois ouvi-las “[...] faz parte do processo de compreender o que elas sentem e o que precisam obter por meio da experiência na educação infantil. É uma maneira de reconhecer seu direito a serem ouvidas e de levar a sério suas experiências e pontos de vista”. Quando ouvimos as crianças, estamos respeitando-as e colocando-as como ativas no processo educativo. Este processo deve começar a partir do momento em que a professora tem seu primeiro contato com sua turma, não para emitir um juízo sobre ela, mas, no intuito de estabelecer uma relação de afinidade, levando as crianças a estabelecerem um grau de confiança para com ela.



A criança na Educação Infantil chega a creche e a pré-escola cheia de expectativas e também de medos, já que este lugar, para muitas delas, é o primeiro contato com outro espaço além de sua casa, então, tem-se na professora aquela que irá lhes trazer para perto dando-lhe afeto, atenção, carinho, ou verá nela alguém que despertará o medo, a insegurança. Tudo isso vai depender da forma como a professora se relaciona dentro da sala de aula e recebe essas crianças e com certeza esse será um fator importantíssimo para a avaliação.

Bassedas, Huguet & Solé (1999, p. 174) trazem que “é necessário evitar colocar rótulos e definições dos meninos e das meninas que possam condicionar o seu futuro escolar e pessoal”, desse modo, faz-se necessário que o professor entenda que cada criança tem um tempo para se desenvolver e a sua função é propor possibilidades para que as crianças avancem. Em alguns casos a prática de avaliar acaba comparando e estereotipando ao invés de favorecer o crescimento e desenvolvimento delas. Pode ser negativa quando as crianças são julgadas como fracas, desobedientes, indisciplinadas, incapazes, entre outros.

Luckesi (2005, p. 47) salienta que avaliar não é um ato de imposição, mas um ato dialógico, amoroso e construtivo. As pessoas que estão sendo avaliadas precisam participar do processo, para que a avaliação não se torne classificatória e excludente. A avaliação não deve ser um ato de julgamento e exclusão da criança, mas, deve ser realizada para acolher uma situação, dando suporte a mudança, se necessário.

É destacado pelo RCNEI (BRASIL, 1998), um ponto importante a ser analisado, que está descrito também na LDB (BRASIL, 1996), o fato que na Educação Infantil não se é permitido a retenção de qualquer criança nessa etapa, por nenhuma hipótese, porquanto tal fato iria afetar o seu desenvolvimento, ou seja, seria prejudicial a elas, sem esquecer que esta não é a finalidade da Educação Infantil, mas, a de contribuir para a formação integral das mesmas.

Afinal, a criança nesta fase da vida não tem compreensão suficiente para encarar uma repetência. Para ela não fará sentido ser mantida no mesmo seguimento e repetindo as atividades que já foram realizadas por ela, até porque, há casos de crianças que desenvolverão determinadas habilidades em um período posterior as outras da sua mesma faixa etária. Isso não significará a ausência de saber de uma e existência de saberes em outras, quer dizer que o tempo de aprendizagens são distintos.



Nessa perspectiva, o RCNEI traz (BRASIL, 1998, p. 60) que “a avaliação é um excelente instrumento para que a instituição possa estabelecer suas prioridades para o trabalho educativo, identificar pontos que necessitam de maior atenção e reorientar a prática”. Assim, nota-se o quanto é importante que haja uma orientação para auxiliar no trabalho deste professor, pois, a instituição deve trabalhar conjuntamente com o professor, no sentido de auxiliar o trabalho docente buscando melhorar as condições de aprendizagem das crianças. Nessa compreensão, o RCNEI (BRASIL, 1998) define que a avaliação nessa etapa far-se-á por meio de observação e registro, sendo estes indispensáveis para que se percebam as particularidades de cada criança.

O RCNEI (BRASIL, 1998) discorre que a avaliação é entendida em sua essência principal como um conjunto de ações para auxiliar o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas para, assim, melhorar e reorganizar as suas práticas para atender as necessidades das crianças, diante disso, a avaliação serve para que o professor mude e reveja suas práticas e atividades, para gerar avanços na aprendizagem das crianças.

Outro ponto importante, que também é apontado neste documento, se refere as avaliações que as crianças em algumas instituições são submetidas e não condizem com a concepção de criança aqui descrita, visto que, em alguns espaços de Educação Infantil elas passam por avaliações a fim de obter uma nota final, indo na direção contrária ao que RCNEI (BRASIL, 1998) apresenta como propício ao desenvolvimento infantil.

Compreendemos que nesta etapa do desenvolvimento, a criança não disponibiliza de maturidade suficiente para ser submetida a avaliações rigorosas, ou provas e testes, no intuito de aferir ou selecioná-la, mas, ela necessita sim de um acompanhamento, sem intenção de julgar apto ou não para ser promovida a uma etapa posterior. Todavia, faz-se necessário que o professor ou professora oriente-a a fim de mediar sua aprendizagem como também buscar melhores alternativas para possíveis ajustes no decorrer do processo.

Fica assim entendido que a avaliação nessa etapa deve estar centrada no processo e não nos resultados, o que não significa que a aprendizagem não seja importante, muito pelo contrário, o que não deve ocorrer nessa fase são as exigências e excessos de cobranças depositadas sobre as crianças, pois tal postura pode comprometer e até ser prejudicial ao desenvolvimento delas.



O RCNEI (BRASIL, 1998, p. 59) discorre que “a avaliação nessa etapa deve ser processual e destinada a auxiliar o processo de aprendizagem, fortalecendo a autoestima das crianças”, além de que não deve reter na Educação Infantil, nem ter o intuito de alfabetizá-las e que não deve ser conferido as crianças notas, ou julgamentos pelo professor como, por exemplo, com desenhos de caras tristes ou alegres.

Ao analisar o que traz o RCNEI (BRASIL, 1998) sobre o compartilhamento da avaliação com as crianças encontra-se:

No que se refere as crianças, a avaliação deve permitir que elas acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades ao longo de seu processo de aprendizagem. Para que isso ocorra o professor deve compartilhar com elas aquelas observações que sinalizam seus avanços e suas possibilidades de superação das dificuldades (BRASIL, 1998, p. 60).

Nesse ponto fica claro que a avaliação é importante para a criança desde que ela participe do processo, a fim de perceber os seus avanços e dificuldades, e para o professor como forma de nortear suas práticas, no sentido de mudar uma coisa aqui, rever outra ali, até que tudo fique ajustado e ajude a criança a avançar cada vez mais. De fato, a criança deve participar de todo o processo, quando o professor aponta o que ela já avançou, o que ainda tem dificuldade e o que ela domina e desenvolve com muita habilidade. Assim, ela sente confiança e segurança necessária para realizar aquilo que está sendo proposto, sem medo de ser repreendida caso não saia como o esperado.

Hoffmann (2001, p. 17) enfatiza que “a avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento, passo a passo, do educador, na sua trajetória de construção do conhecimento”. É fundamental uma constante reflexão do professor, durante todo o processo educativo, pois a observação sozinha não proporciona mudanças nas práticas, mas, uma observação com reflexão e ação, pode proporcionar.

Nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006, p. 32) a avaliação é definida “[...] a partir dessa concepção de desenvolvimento integrado, e assim deve ser processual acontecendo de forma sistemática e contínua. Seu acompanhamento e registro têm objetivos de diagnóstico e não de promoção ou retenção [...]”. Corroborando com essa ideia, ressaltamos a fundamental importância de uma avaliação pensada para o aluno com a intencionalidade da maior efetivação da aprendizagem e da garantia de um trabalho de qualidade de forma processual. Esse



documento ratifica a concepção de avaliação na educação infantil trazida em outros documentos que abordam que ela deve ser feita com a função de acompanhar o processo educativo, sendo realizada de forma sistemática e planejada, avaliar exige o ato reflexivo permanente do docente, e os Parâmetros destacam que não pode ocorrer a retenção das crianças.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (BRASIL, 2010, p. 31) trazem que a avaliação nessa etapa consiste em “procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação”. Em razão deste artigo, fica evidente que, se algo estiver contrário a tal afirmação, não estará atendendo ao como a criança é entendida na visão deste importante documento.

Ao longo de todo o processo da Educação Básica é necessário às crianças que experimentem formas diversas de interações com outras crianças, com os adultos e também com o ambiente em que estão inseridas. Avaliar seja nesta ou em qualquer outra etapa não pode ser um exercício sem uma finalidade, mas, de análise de tudo o que se utiliza para tal, discutir, problematizar a fim de tomar decisões cabíveis à continuidade deste processo, avaliar não pode ter um fim em si mesmo.

Desta forma, ressaltamos a importância dos profissionais da educação que atuam na Educação Infantil se atentarem ao que diz os documentos oficiais sobre o ato avaliativo, a fim de, desenvolver uma prática educativa que contribua com o desenvolvimento integral das crianças, cientes que trata-se de um processo formativo que se dá durante todo o decorrer do ano letivo e que encontra-se indissociável dos atos de cuidar e educar, ações essenciais neste contexto da primeira infância em instituições escolares.

## **5. Procedimentos e instrumentos para avaliar na Educação Infantil**

Tratar de avaliação implica mencionar o planejamento, pois, aquele que não tem claro o que pretende realizar, com certeza também não terá metas a alcançar. Ou seja, para toda ação dar resultados sejam eles positivos ou não, é necessário que se planeje, se organize no sentido de estabelecer o que será feito a partir de cada ato desenvolvido.



O documento da Política Nacional de Educação Infantil (BRASIL, 1994, p. 18) salienta que o professor é um mediador “[...] iniciando ou propondo atividades, lançando desafios a partir da avaliação do que está acontecendo com as crianças a cada momento, suas expectativas, desejos e necessidades, e seu nível de desenvolvimento e aprendizagem”, o professor vai estar a todo o momento avaliando suas ações e se as atividades propostas estão atendendo as necessidades das crianças, além de que, o professor deve refletir sobre suas práticas, para que não aplique de forma mecânica uma sequência de atividades e rotinas pré-estabelecidas. O docente precisa sempre (re)pensar sobre suas ações e intencionalidades pedagógicas.

O RCNEI (BRASIL, 1998) enfatiza que a observação e o registro são elementos fundamentais para alicerçar a prática do professor, o registro diário por parte do professor é um material muito válido para a reflexão e para ajudar no planejamento educativo. O documento ainda norteia que a avaliação “tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo” (BRASIL, 1998, p. 59). Na Educação Infantil, a avaliação precisa ter o sentido essencial de acompanhamento do desenvolvimento e de reflexão sobre as crianças em seu dia a dia. Uma problemática que existe na avaliação na Educação Infantil é que muitos professores têm uma visão equivocada e utilizam práticas que não estão de acordo com o que os documentos orientam, como notas, carimbos de caras tristes ou alegres, ou estrelas.

O RCNEI (BRASIL, 1998) evidencia como o professor precisa registrar as suas observações e que é de importância fundamental para que não esqueça de fatos relevantes que aconteceram no cotidiano das crianças na instituição. Os registros não devem ser apenas anotações soltas, mas devem levar a análise e a reflexão constante. O professor que não tem o hábito de registrar poderá esquecer várias informações importantes.

Há múltiplos instrumentos para avaliar na Educação Infantil. Para avaliar é preciso explorar vários métodos e instrumentos. Existem os anedotários, o diário de campo, o portfólio, os dossiês, entre outros que não serão mencionados aqui. Todos esses instrumentos podem ser utilizados pelos docentes.

As DCNEI (BRASIL, 2010, p. 29) propõem a “utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.)”. Isto posto, todos os materiais produzidos devem servir para o acompanhamento contínuo das crianças de forma individual e coletiva, para que o professor esteja inteirado das



conquistas e dificuldades de cada um. O documento também realça a observação, que não deve ser realizada de qualquer maneira, mas sim com intencionalidades de forma que deve ocorrer “a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano” (BRASIL, 2010, p. 29). Avaliar deve ter uma finalidade, levando em conta o percurso educacional baseado em informações observadas continuamente, para que se consiga criar possibilidades para o avanço, sem penalizações as crianças ainda não conseguiram se apropriar.

Barbosa & Horn (2011, p. 107) definem o *anedotário* como fichas individuais para cada criança “em que são registrados os aspectos de cunho mais afetivo, emocionais e sociais dos relacionamentos, como os envolvidos em episódios familiares, doenças, recorrentes a desentendimentos acontecidos no grupo de crianças [...]”. Já o diário de campo, segundo Barbosa & Horn (2008, p. 104) “[...] pode ser considerado como um caderno de registro do professor, no qual ele poderá não apenas registrar dados objetivos, mas principalmente seus sentimentos sobre o que vê ou ouve, isto é, suas interpretações”.

O portfólio de acordo com Marques (2015, p. 7), pode ser caracterizado “como uma modalidade de documentação que tem como foco a descrição de um percurso de aprendizagem e desenvolvimento”. E os dossiês de acordo com Barbosa & Horn (2008) são definidos como uma pasta com materiais sobre determinados temas e assuntos que guardam a memória do que foi trabalhado e aprendido. Todos esses instrumentos proporcionam que o professor reflita sobre o que necessita ser melhorado, como agir após observar e registrar o que considerou relevante.

Bassedas, Huguet & Solé (1999) trazem que é preciso evitar o registro só de informações com o intuito apenas de cumprir uma obrigação, tais como a exigência dos sistemas de ensino e para informar aos pais determinados elementos dos filhos. Faz-se necessário um registro que realmente seja individual e tenha características reais de cada criança. É importante observar o que as crianças sabem ou que ainda não sabem em relação às atividades propostas e na interação com o grupo.

São vários os instrumentos de avaliação. Porém, o ideal é que a criança participe do processo de avaliação com os professores, e podem ser realizados de diferentes formas, através dos registros, desenhos, atividades, observações, portfólios, entre outros.

Alguns docentes consideram que não têm momentos específicos para avaliar pelo fato de ser processual. Contudo, Haydt (1995, p. 13) lembra que a avaliação, além de ser



um processo contínuo e também sistemático, não pode ser esporádica nem improvisada, mas, deve ser constante e planejada. Desse modo, ainda que a observação seja permanente e o registro dessas observações produza bons indicadores de avaliação da criança, também deverá ser planejada com pautas específicas e indicadores claros.

Embora a avaliação deva ocorrer em diversos momentos, em todas as situações da sala de aula como expresso pelas professoras, é necessário ter momentos planejados e específicos na rotina das crianças para avaliar, por exemplo, o momento em que as crianças estão brincando fornece bons elementos para o professor avaliar, pois, através da observação atenta, o professor poderá reunir informações e registrar momentos do cotidiano das crianças.

No Art. 10, no inciso IV, as DCNEI (BRASIL, 2010) afirma que devem ser oferecidos às famílias os materiais produzidos com as crianças para que elas conheçam o trabalho da instituição a fim de que tenham esclarecido como são desenvolvidos os processos de aprendizagem delas. É importante que as famílias tenham acesso às propostas da instituição para que não haja equívocos quanto aos saberes, deixando claro para elas que cada criança se desenvolve de maneira diferente.

Esses materiais servem também para que os próximos professores conheçam um pouco sobre seus alunos, quem são, o que gostam, o que já conseguem realizar sozinhos e com ajuda de um adulto, se tem algum tipo de necessidade especial, enfim, procedimentos que podem garantir a continuidade dos processos educativos vividos pela criança.

O documento *Contribuições para a Política Nacional: a Avaliação em Educação Infantil a partir da Avaliação de Contexto* (BRASIL, 2015, p. 33) aborda que “a avaliação não pode se basear em juízos subjetivos. Ao contrário, precisa submeter os diferentes elementos e práticas do contexto educativo a uma observação e investigação sistemáticas”. Dessa forma, o professor precisa ser atento a todos os momentos, não apenas fazendo observações pontuais, nem se baseando em julgamentos, mas refletindo e analisando as suas observações para que assim possa tomar uma atitude. Assim, a observação é um ponto central ao se pensar em avaliação na Educação Infantil, e esse documento ressalta a importância da reflexão. Avaliar e refletir sobre a qualidade são processos interligados e indissociáveis.





[...] é preciso ter em vista que as conquistas das crianças pequenas, seus ritmos de crescimento, desenvolvimento e aprendizado não se dão de modo linear, estando sujeitos a sobressaltos, variabilidades; principalmente para crianças com menos de 6 anos. Com isso queremos ressaltar que não existe norma padrão a ser obedecida, o conceito de uma “criança com padrão normal”, ideia há tempos criticada pela psicologia do desenvolvimento, pela sociologia da infância, pela antropologia (BRASIL, 2015, p. 39).

Reforçando esta ideia, pode-se inferir que não há um padrão a ser obedecido, pois é mais importante avaliar as descobertas, as conquistas e as dificuldades apresentadas diariamente. Fica evidente que não pode haver uma avaliação rígida nesta etapa de ensino, pois as crianças não aprendem de forma linear, deve-se respeitar o ritmo pessoal, pois cada uma tem o seu tempo para aprender, por isso não deve haver um parâmetro rígido para a aprendizagem nessa etapa, e esse documento destaca que uma “avaliação específica para averiguar o desempenho das crianças, não é capaz de captar o mais importante: as muitas descobertas, conquistas e aprendizados das crianças nas suas riquezas e complexidades” (BRASIL, 2015, p. 39).

Sendo assim, chamamos a atenção para o ato de refletir, porquanto, é justamente essa prática reflexiva da avaliação educativa que lhe atribui uma finalidade formativa. É a reflexão que promove mudança nas ações pedagógicas, deste modo, não basta o professor registrar o que observou se não refletir e tomar atitudes acerca do observado e registrado para assim melhorar o processo educativo.

A BNCC (BRASIL, 2017) alerta que na Educação Infantil as crianças “não podem ser consideradas de forma rígida, já que há diferenças de ritmo na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças que precisam ser consideradas na prática pedagógica” (BRASIL, 2017, p. 42).

A BNCC (BRASIL, 2017) reforça a importância dos relatórios, portfólios e registros que darão subsídios sobre a vida escolar de cada criança, e que se torna fundamental que os novos professores tenham acesso a esses documentos para que possam conhecer mais sobre a criança, assim facilitará para que a mesma se sinta acolhida na nova etapa de ensino, porquanto,

[...] as informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino



Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida escolar (BRASIL, 2017, p. 51).

Desse modo, ao falar em avaliação temos que pensar quais instrumentos são adequados para tal realização. Assim, não se deve fazer uso de apenas um, mas de vários instrumentos para que seja melhor desenvolvido o trabalho. Sendo a avaliação uma ferramenta do docente, ela tem por propósito indicar o que foi ou não aprendido pela criança, auxiliar e mudar práticas que não estejam dando resultados, refletir sobre o andamento do trabalho e da qualidade escolar.

### **3. Resultados e considerações finais**

A realização deste trabalho foi de grande importância, pois, nos possibilitou uma nova visão quanto a maneira que somos submetidos aos instrumentos e formas de avaliar, que ao invés de proporcionar confiança entre avaliado e avaliador, por vezes, acaba por gerar medo. A partir deste estudo entendemos o quanto o processo avaliativo é fundamental em qualquer etapa da educação, principalmente, quando este atua como instrumento de acompanhamento da aprendizagem e não como uma prática discriminatória e classificatória.

A partir do que foi consultado em livros, periódicos, sites e documentos oficiais, foi possível constatar que para a avaliação ser realizada de forma justa e qualitativa, é preciso que o professor observe e registre os momentos significativos do cotidiano da criança no ambiente escolar, pois é através dessas observações que o professor faz ao longo do ano, que pode melhorar a sua prática educativa, e para que as crianças avancem na aprendizagem e superem as dificuldades.

A avaliação aqui é colocada como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre a aprendizagem das crianças e ajustar a sua prática, sempre pensando na melhor aprendizagem da criança. Os documentos oficiais indicam que a avaliação tem a função de acompanhar, regular e redirecionar todo o processo. A avaliação é aqui entendida como ações que auxiliam nas tomadas de decisões para melhor desenvolver o trabalho do professor e auxiliar na aprendizagem das crianças, melhorando as instituições de Educação Infantil.



A avaliação na Educação Infantil precisa ocorrer constantemente, pois é um recurso para o professor refletir sobre suas práticas e ações, além de ter a finalidade de comunicar a gestão e aos familiares como está o desenvolvimento das crianças, por isso é fundamental uma frequente reflexão do professor, durante todo o processo educativo, pois, a observação sozinha não proporciona mudanças nas práticas, mas sim, uma observação com reflexão e ação.

A avaliação educacional envolve, portanto, o contexto e não incide somente sobre as crianças. Ela é complexa e contextualizada, e se concentra em todos os aspectos, como a criança, o professor, a gestão da escola, as políticas educacionais. A avaliação é um elemento-chave através do qual o professor dispõe de informações que servem para a tomada de decisões, sendo assim, a avaliação feita de forma semestral ou anual como apenas uma burocracia, não contribui com a reflexão da prática pedagógica, ela deve ser feita através de ações contínuas junto às crianças.

Em alguns casos a prática de avaliar acaba comparando e estereotipando as crianças ao invés de favorecer o crescimento e desenvolvimento delas. Os documentos orientadores destacam que na avaliação é necessário evitar colocar rótulos, pois é importante que elas acreditem nas suas possibilidades e avanços. Dessa forma, a avaliação não deve ser um ato de julgamento e exclusão do aluno, mas deve ser realizada para acolher uma situação, dando suporte a mudança, se necessário.

É preciso ressaltar que os documentos orientadores sugerem uma avaliação de todo o contexto educacional, não somente da criança. Os documentos orientam que a avaliação na Educação Infantil é definida a partir dessa concepção de desenvolvimento integrado, e assim deve ser processual acontecendo de forma sistemática e contínua. Seu acompanhamento e registro têm objetivos de diagnóstico e não de promoção ou retenção, os documentos orientam que a avaliação nessa etapa deve ser destinada a auxiliar o processo de aprendizagem, fortalecendo a autoestima das crianças, e fica evidente que não pode haver uma avaliação inflexível nesta etapa de ensino, pois as crianças não aprendem de forma sequenciada.

Esse estudo trouxe uma contribuição enriquecedora, pois facilitou a apropriação teórica e o que as políticas educacionais brasileiras orientam no que diz respeito da avaliação na educação infantil, e para que pudéssemos perceber como é importante a observação e a escuta, além de que, registrar aspectos importantes do dia a dia das



crianças irá ajudar o professor a mudar determinadas ações e para dar subsídios para fornecer um retorno aos pais da criança e a gestão da escola, por isso ação de registrar o que observou é fundamental.

Finda-se que, a produção desta pesquisa nos permite, notar o quanto ainda se faz imprescindível buscar entender esta temática, dado que, é um assunto que os professores precisam conhecer. Se buscarmos compreender o que os autores e os documentos orientam sobre a temática, torna-se possível o aprimoramento e quanto mais se conhece o assunto melhor se realiza a avaliação, com práticas respaldadas na teoria, sempre com uma ação pautada na reflexão visando melhorar a aprendizagem das crianças e realizar um trabalho cada vez melhor.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. C. S., & HORN, M. G. S. (2008). **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed.
- BASSEDAS, E. , HUGUET, T. , & SOLÉ, I. (1999). **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- BRASIL(1998). **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, v. 1.
- BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm).
- BRASIL. (1994). Ministério da Educação e do Desporto. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI.
- BRASIL. (1996). Lei n.º 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal MEC.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm).
- BRASIL. (1998). Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, v. 3.
- BRASIL. (2006). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília. DF. MEC., v. 1.



- BRASIL. (2010). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB.
- BRASIL. (2015) Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Contribuições para a política nacional: a avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto**. - Curitiba: Imprensa/UFPR; Brasília: Coordenação Geral de Educação Infantil -MEC/SEB/COEDI.
- BRASIL. (2017). **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME.  
[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf).
- HAYDT, R. C. (1995). **Avaliação do processo de ensino-aprendizagem**. (5. ed.). São Paulo: Ática.
- HOFFMANN, J. (2001). **Avaliação para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação.
- KRAMER, S. (1997). **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a escola infantil**. (10. ed.). São Paulo: Editora Ática.
- KRAMER, S. (2007). A infância e sua singularidade. In: Beauchamp, J., Pagel, S. D., & Nascimento, A. R. (Orgs). **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão de crianças de seis anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica (p. 13-21).
- KRAMER, S. (2016). As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. **Educação & Sociedade**, v. 27, p. 797-818.
- LUCKESI, C. C. (2005). **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. (2. ed. rev.). Salvador: Malabares Comunicação e Eventos.
- MARCONI, M., & LAKATOS, E. (2003). **Fundamentos de Metodologia Científica**. (5. ed.) São Paulo: Atlas .
- MARQUES, A. C. (2015). **A documentação pedagógica no cotidiano da educação infantil: estudo de caso em pré-escolas públicas**. 37ª Reunião Nacional da ANPED, IFSP.



OLIVEIRA-FORMOSINHO, J., & Pascal, C. (2019). **Documentação pedagógica e avaliação na educação infantil: um caminho para a transformação**. Porto Alegre: Penso.

PASCHOAL, J. D., & MACHADO, M. C. G. (2009). A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista Histedbr on-line**, v. 9, n. 33, p. 78-95.